



Simulado Especial
ISS RJ
Fiscal de Rendas
Pós-Edital

Simulado

Simulado ISS RJ - Fiscal de Rendas

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS RJ (Fiscal de Rendas);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-11-06>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE
					157 - ABCDE
					158 - ABCDE
					159 - ABCDE
					160 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra*

01. Leia o trecho a seguir.

“Eis algo que eu jamais soube explicar: por que menino não gosta de verdura? Quando menino eu também não gostava.

- Pedem às mães que mandem bilhetinhos, e não é só isso: usam qualquer recurso para não comer verdura. Hoje mesmo me apareceu um com um bilhete da mãe dizendo: não obrigar meu filho a comer verdura. Só que estava escrito com a letra do próprio menino.”

No trecho acima, para sustentar a ideia de que a dieta estabelecida pela escola deve ser mantida o autor lança mão de que processo argumentativo?

- a) Comparação.
- b) Causa e consequência.
- c) Exemplificação.
- d) Apelo à autoridade.
- e) Apelo emocional.

02. Ainda sobre o trecho acima, a expressão ‘só que’ estabelecer sentido de:

- a) concessão
- b) explicação
- c) adversidade
- d) conclusão
- e) retificação

03. Assinale a opção em que a expressão entre parênteses revela corretamente a informação subentendida.

- a) O aluno ganhou o seu terceiro notebook na competição realizada na escola. (O aluno é um atleta).
- b) Já estou cansado das questões da banca que vai organizar o meu concurso. (A banca realiza questões muito fáceis).
- c) Alberto Valentin volta a treinar o Fluminense. (Alberto Valentin já treinou o Fluminense por diversas vezes).
- d) Andreia está cansada de ser professora. (Andreia precisa de um dia de folga).
- e) Meu professor sempre pareceu uma enciclopédia. (O professor tem muito conhecimento).

04. No ano passado, o governo promoveu uma campanha a fim de reduzir os índices de violência.

Noticiando o fato, um jornal publicou a seguinte manchete:

CAMPANHA CONTRA A VIOLÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO ENTRA EM NOVA FASE.

A manchete tem um duplo sentido, e isso dificulta o entendimento. Considerando o objetivo da notícia, esse problema poderia ter sido evitado com a seguinte redação:

- a) Campanha contra o governo do Estado e a violência entram em nova fase.
- b) A violência do governo do Estado entra em nova fase de Campanha.
- c) Campanha contra o governo do Estado entra em nova fase de violência.
- d) A violência da campanha do governo do Estado entra em nova fase.
- e) Campanha do governo do Estado contra a violência entra em nova fase.

05. Dentre as seguintes frases, assinale aquela que não contém ambiguidade:

- a) Eu peguei o ônibus correndo.
- b) A descoberto do jovem chocou a todos.
- c) Não fale sobre os alimentos.
- d) O deputado fala sobre Congresso Nacional.
- e) Vi um desfile passando pela cidade.

07. Assinale a alternativa cuja crase deveria ser usada de modo obrigatório.

- a) O professor se reportou aquele texto de Machado de Assis.
- b) A volta a Portugal, seu país natal, fez meu pai muito feliz.
- c) Com muito esforço, os idosos acompanham as novas tecnologias.
- d) Sempre reconhecemos aqueles que são nossos verdadeiros amigos.
- e) A melhoria nas tecnologias de iluminação pode estar agravando a poluição luminosa principalmente nos grandes centros urbanos.

08. “Ele achou que fosse receber algum dinheiro. Recebeu dinheiro algum.”

Essa frase mostra a mudança de sentido com a posposição do termo ‘algum’. Assinale a opção em que o mesmo fenômeno acontece com a dupla abaixo.

- a) competente diretor / diretor competente
- b) carro novo / novo carro
- c) tempo bom / bom tempo
- d) ajuda necessária / necessária ajuda

09. Assinale a opção que apresenta uma pergunta indireta:

- a) Reparei que você estava cansado.
- b) O jornal revelou onde ela mora.
- c) Sempre quis saber por que você não veio ontem.
- d) Ele repetiu que não faria o trabalho.
- e) Todos querem que você tenha sucesso profissional.

ONDE ESTÁ O SUJEITO?



06. Sobre a charge acima:

- a) Não há qualquer deslize quanto à norma culta.
- b) Ocorre um erro de concordância verbal.
- c) O pronome ‘onde’ foi utilizado incorretamente.
- d) Um verbo apresenta erro de regência.
- e) O termo ‘mais’ indica intensidade.

10. Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88), é direito de todos o acesso à saúde, segurança e educação. Contudo, não é o que se observa na atualidade, já que há escolas em situações precárias, e que não dispõem de estrutura física a contento

Sobre esse texto, é correto afirmar que ele:

- a) apresenta uma tese, apoiada em argumentos fundamentados em testemunhos de autoridade;
- b) mostra elementos de caráter científico, selecionados segundo uma opinião pessoal;
- c) alerta para o perigo da extinção da raça humana, causada pela irresponsabilidade de muitos;
- d) se apoia numa estratégia de emprego de informações oriundas de fontes confiáveis;
- e) se estrutura a partir de uma afirmação, seguida de uma oposição.

11. Tudo que é raro é caro; um carro por um real é raro, logo um carro por um real é caro.

Esse julgamento mostra erro grave, já que apoia sua argumentação em

- a) uma generalização excessiva.
- b) testemunhos de autoridade.
- c) analogias indevidas.
- d) um conjunto de opiniões alheias.
- e) uma pesquisa não identificada.

12. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Anteontem, o

Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- a) esse/àquele;
- b) este/àquele;
- c) aquele a esse;
- d) aquele a este;
- e) esse a este.

13. “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- a) uma concessão, como “conquanto”;
- b) uma adversidade, como “ainda assim”;
- c) uma conclusão, como “logo”;
- d) uma explicação, como “porquanto”;
- e) uma proporcionalidade, como “à proporção que”.

14. Assinale a opção em que o acento de crase aconteceu por um motivo diferente dos demais.

- a) Ele propôs uma emenda à Constituição Federal.
- b) Todos assistiram perplexos à cena do crime.
- c) Nós trabalhamos à espera de reconhecimento.
- d) Está fechado o acesso às lojas.
- e) Não entendi a crítica à obra que eles revisaram.

15. Sem a existência de uma forte Defensoria Pública, o texto constitucional não passaria de uma carta de boas intenções para as camadas mais pobres e carentes da sociedade.

O verbo destacado expressa:

- a) Ação futura em relação ao passado.
- b) Hipótese.
- c) Ação anterior à outra passada.
- d) Ação rotineira no futuro.
- e) Polidez.



16. O humor da charge se estrutura com base em:
- a) uma resposta sincera e grosseira
 - b) uma resposta que desviou à real pergunta da professora.
 - c) uma ironia
 - d) um paradoxo
 - e) uma metáfora

17. Assinale a oração em que o termo destacado exerça a mesma função que 'dos políticos'.
- a) Ele tem muita confiança nos políticos.
 - b) A construção do estádio custou bilhões.
 - c) A leitura dos alunos finalmente evoluiu.
 - d) Ele precisa de mais ajudantes.
 - e) O combate às fake News continua

A essência da teoria democrática é a supressão de qualquer imposição de classe, fundada no postulado ou na crença de que os conflitos e problemas humanos – econômicos, políticos, ou sociais – são solucionáveis pela educação, isto é, pela cooperação voluntária, mobilizada pela opinião pública esclarecida. Está claro que essa opinião pública terá de ser formada à luz dos melhores conhecimentos existentes e, assim, a pesquisa científica nos campos das ciências naturais e das chamadas ciências sociais deverá se fazer a mais ampla, a mais vigorosa, a mais livre, e a difusão desses conhecimentos, a mais completa, a mais imparcial e em termos que os tornem acessíveis a todos.

18. O texto acima tem caráter:

- a) informativo
- b) didático
- c) narrativo
- d) argumentativo
- e) revolucionário

19. esta vida é uma viagem

pena eu estar

só de passagem

(Paulo Leminski, La vie em close. 5a ed. S.Paulo: Brasiliense, 2000, p.134)

Sobre o trecho acima, o pronome está apresenta valor:

- a) catafórico
- b) anafórico
- c) polissêmico
- d) dêitico
- e) endofórico

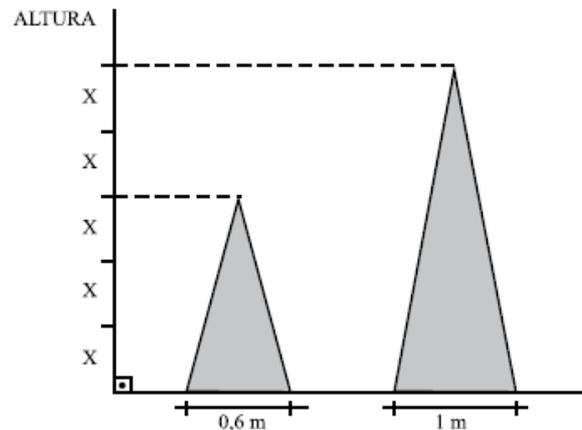
20. A frase “Desculpe-me!” pode ser dita ou escrita de diversas formas diferentes, com diferentes intenções discursivas. Assinale a opção em que está correta a análise sobre o pedido de desculpas e a intenção do autor do texto (entre parênteses), quanto ao aspecto discursivo.

- a) Deixe-me tentar consertar isso e fazer o que puder para tornar as coisas melhores (Explicar o motivo).
- b) Por favor, aceite minhas sinceras desculpas por qualquer dor ou incômodo que eu possa ter causado (Fazer uma promessa de mudança)
- c) Eu entendo como você deve estar se sentindo e lamento ter causado essa dor (mostrar empatia)
- d) Como posso compensar o que fiz de errado? (Expressar arrependimento)
- e) Por favor, me perdoe pelo que fiz, eu prometo que não acontecerá novamente. (Tomar a iniciativa de reparar)

**MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO-
MATEMÁTICO, ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA
FINANCEIRA**

Carlos Henrique

21. A soma das medidas das alturas das duas imagens natalinas é igual a 8 m.



Se em cada imagem natalina foram instaladas 500 lampadzinhas coloridas por metro quadrado, pode-se concluir que o número de lâmpadas instaladas nas imagens acima é igual a:

- a) 1500.
- b) 1600.
- c) 1700.
- d) 1800.
- e) 2000.

22. Com o objetivo de analisar o consumo de água de certa cidade, a companhia de água e esgotos solicitou a sua equipe de engenheiros um estudo sobre a vazão de água nessa cidade. O estudo mostrou que a vazão $V(t)$, em m^3/h , na hora t , é expressa pela função:

$$V(t) = 1000 \left[4 + 2 \sin^2 \left(\frac{\pi}{12} t \right) \right], \text{ onde } 0 \leq t \leq 24$$

A soma das vazões mínima e máxima é igual a:

- a) 10.000 m^3/h
- b) 8.000 m^3/h
- c) 7.500 m^3/h
- d) 6.000 m^3/h
- e) 5.000 m^3/h

23. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

24. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

25. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

26. A probabilidade de Joana ir fazer a prova do ISS RJ é de 0,6 e a probabilidade de Manuel ir fazer a prova do ISS RJ é de 0,5. A probabilidade condicional de Joana ir fazer a prova do ISS RJ dado que Manuel fará a prova do ISS RJ é de 0,7. Assim a probabilidade de que Joana vá fazer a prova do ISS RJ OU Manuel vá fazer a prova do ISS RJ é de:

- a) 55%
- b) 64%
- c) 69%
- d) 72%
- e) 75%

27. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)². Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

28. A vendedora de carros Cecília decide testar uma hipótese a respeito de vendas mensais. Ela acredita que o número máximo de vendas mensais seja igual a 10. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,002 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,002 e rejeitar H_0
- c) 0,576 e rejeitar H_0
- d) 0,105 e rejeitar H_0 .
- e) 0,105 e aceitar H_0

29. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- a) R\$ 32.640,00
- b) R\$ 32.520,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 33.600,00
- e) R\$ 33.940,00

30. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

ECONOMIA*Amanda Aires*

31. Assinale a alternativa correta considerando uma economia hipotética que opera com pleno emprego e que possui 200 trabalhadores com capacidade de produzir 4 vinhos ou 3 tecidos.

- a) A economia produz 800 tecidos.
- b) Se a economia produz 200 vinhos e 150 tecidos, ela é eficiente.
- c) A produção de 800 vinhos é ineficiente.
- d) Todos os pontos no interior da curva de possibilidades de produção são ineficientes.
- e) Todos os pontos no interior da curva de possibilidades de produção são eficientes no sentido de Pareto.

32. Considere as seguintes equações de oferta e demanda:

demanda: $Q = 20.000 - 150P$;

oferta: $Q = 5.000 + 250P$.

Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a

- a) 37,5 e 14.375.
- b) 27,5 e 8.375.
- c) 37,5 e 9.375.
- d) 47,5 e 9.575.
- e) 37,5 e 8.375

33. Assinale a opção incorreta em relação a elasticidade-preço da demanda.

- a) Um bem de luxo é um bem normal com elasticidade renda da demanda superior a 1.
- b) A elasticidade de uma demanda linear para preço igual a zero tende para infinito.
- c) Quando a demanda for elástica, a receita do produtor diminuirá quando o preço do bem comercializado aumentar, mantidas as demais variáveis constantes.
- d) Quando um bem for inelástico, a receita aumentará quando se aumentar o preço.
- e) Quando um bem for elástico, sua receita aumentará quando se reduzir o preço do bem

34. Com relação às estruturas de mercado, assinale a opção incorreta.

- a) As margens de lucros de setores monopolistas são medidas pela diferença entre os preços praticados e seus custos médios.
- b) Igualar o preço ao custo médio de produção em um mercado de monopólio natural é uma estratégia eficiente.
- c) Mercado em concorrência monopolística é caracterizado pela livre entrada de empresas produzindo bens homogêneos.
- d) Em um duopólio à Bertrand, cada empresa escolhe, no equilíbrio, o mesmo preço que escolheria se estivesse no mercado competitivo.
- e) Mercado em concorrência monopolística é marcado pela heterogeneidade dos produtos.

35. Avalie as afirmativas a seguir, considerando o modelo IS-LM em uma economia fechada:

- I. Na armadilha da liquidez, a expansão da oferta monetária real será totalmente retida pelos agentes, sem alteração da taxa de juros. Mas a política fiscal expansionista não terá eficácia, semelhante ao que prediz a teoria keynesiana.
- II. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central mantém inalterada a oferta monetária, tudo o mais constante, o resultado é uma diminuição do nível de renda.
- III. Se o governo conduz um aumento do nível de impostos e o Banco Central deseja manter inalterada a taxa de juros, tudo o mais constante, deve ser realizado uma redução da oferta monetária.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativa I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- d) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

FINANÇAS PÚBLICAS

Gabriela Zavadinack

36. O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Em sentido amplo, receitas públicas são ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. Sobre a receita pública, marque a alternativa correta.

- a) A receita orçamentária é formada por recursos que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa.
- b) Operações de crédito, via de regra, classificam-se como receita extraorçamentária. Operações de Crédito por antecipação de receita, por sua vez, são uma exceção à regra e compõem a receita orçamentária.
- c) A classificação funcional e a por fonte/destinação de recursos são típicas classificações da receita orçamentária.
- d) A classificação entre receitas originárias e derivadas decorre da Lei nº 4.320/64, a qual determina a normatização desse classificador para todos os entes federativos.
- e) São exemplos de receita pública originária as rendas provenientes de aluguel e de preços públicos.

37. Impedir ao Executivo a realização de qualquer operação de receita e de despesa sem prévia autorização Legislativa e garantir que todos os órgãos e unidades da administração pública estejam contemplados no orçamento são objetivos do princípio orçamentário da

- a) anualidade.
- b) legalidade.
- c) especificação.
- d) universalidade.
- e) unidade.

38. Normas específicas relativas às Finanças Públicas estão previstas expressamente no texto constitucional. Sobre o tema, assinale a alternativa correta

- a) Lei ordinária disporá sobre dívida pública externa e interna, emissão e resgate de títulos da dívida pública e operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades dos entes federados.
- b) Todos os entes federativos disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.
- c) Ao Banco Central é dado conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- d) É vedado ao Banco Central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, ainda que seja com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- e) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central ou em outras instituições financeiras oficiais, conforme casos especiais previstos em lei.

39. Em um dado exercício, o Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro verificou necessidade de compra de 20 novas viaturas policiais, despesa não autorizada no orçamento. Nesse cenário, consultou a assistência jurídica do Município para entender qual seria a melhor opção para resolver essa demanda. A informação adequada repassada ao Executivo foi a de que:

- a) não seria possível efetuar a compra das viaturas no ano em curso, tendo em vista a inexistência de fixação de dotação na Lei Orçamentária Anual para a referida despesa.
- b) seria possível a compra das viaturas, por meio da abertura de um crédito adicional suplementar, utilizando-se da anulação de outra dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.
- c) seria possível a compra das viaturas, por meio de um crédito adicional especial, utilizando-se da anulação de outro crédito adicional.
- d) seria possível a compra das viaturas, por meio de um crédito adicional extraordinário, utilizando-se da fonte reserva de contingência.
- e) seria possível a compra das viaturas, por meio de um crédito adicional especial, utilizando-se da economia orçamentária verificada no período.

40. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ao tratar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LRF dispõe que cabe a esse instrumento de planejamento

- a) demonstrar a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência e próprio dos servidores públicos.
- b) estabelecer os limites percentuais máximos da despesa com pessoal, a serem observados por todos os entes federativos, com base na receita corrente líquida.
- c) conter as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- d) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
- e) conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. João, ao discutir com seu amigo José regras da “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, asseverou que:

- I. Superfaturamento diz respeito à situação em que o preço contratado mostra-se em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado.
- II. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- III. Entre os objetivos do processo licitatório está o de evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

Está correto apenas o que João afirmou no(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III.

42. A respeito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é INCORRETO afirmar que:

- a) O uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito privado a pessoa de direito público será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, como regra geral.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às demais pessoas jurídicas de direito privado, no que se refere ao tratamento de dados pessoais.
- c) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais.
- d) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado.
- e) A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

43. Tomando por base as regras atinentes aos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) Concessão de serviço público representa a delegação de sua prestação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, mediante licitação na modalidade concorrência, apenas.
- b) Permissão de serviço público representa instrumento da descentralização por serviços, em que opera-se a delegação da titularidade e de sua prestação, mediante prévia licitação, sempre.
- c) A interrupção da prestação do serviço público devido ao inadimplemento do usuário não se caracteriza como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada pelo Poder Legislativo.

44. Maria, agente pública no município Alfa, está sendo processada por ato de improbidade consistente em enriquecimento ilícito, supostamente praticado em junho de 2021, induzido pela atuação dolosa da empresa Beta. Por tal motivo, Maria foi se consultar com seu advogado Pedro, a respeito das características da responsabilização que está sendo promovida.

Pedro respondeu-a corretamente que:

- a) havendo seu falecimento, seus filhos, na qualidade de herdeiros, estão sujeitos à reparação do dano causado até o limite da vantagem ilícita recebida.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Os sócios, diretores e colaboradores de empresa Beta em hipótese alguma respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Caso se interesse pela celebração de acordo de não persecução civil, Maria teria que reverter ao município Alfa a vantagem indevida obtida, embora não houvesse óbices legais à celebração do acordo durante a execução de eventual sentença condenatória.

45. Maria, estagiária em veículo de imprensa brasileiro, realizava cobertura jornalística de uma manifestação pacífica de cidadãos. Em meio a um tumulto envolvendo policiais e manifestantes, Maria acabou sendo ferida por agentes policiais do Estado Beta, ocasionando-lhe danos morais e estéticos.

A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que a responsabilidade é

- a) objetiva do Estado Beta, sob a teoria do risco social, não cabendo excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal.
- b) subjetiva do Estado Beta, devendo-se comprovar a imprudência na atuação do agente policial.
- c) subjetiva do Estado Beta, na modalidade *faute du service*, devendo-se comprovar necessariamente o ato intencional do agente policial.
- d) exclusiva do veículo de imprensa, empregador de Maria, não cabendo a arguição da responsabilidade estatal.
- e) objetiva do Estado Beta, cabendo excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, caso se demonstre que Maria descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

46. Tomando por base o disposto na Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior, se estenderá pelo prazo de três anos, contados da data do descumprimento.
- b) Está apta a celebrar o acordo de leniência a pessoa jurídica que, apesar de não admitir sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo.
- c) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- d) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- e) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por três ou mais servidores estáveis.

**REGIME DISCIPLINAR. ESTATUTO DO
FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO PODER
EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO: LEI Nº 94, DE 14/03/1979 E
ALTERAÇÕES. INTEGRIDADE E
TRANSPARÊNCIA: DECRETO RIO Nº
48.349/2021 E DECRETO RIO 50.021/2021**

Géssica Ehle

47. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), caso Maria, servidora pública, cometa a falta sujeita à pena de repreensão, essa restará prescrita em:

- a) dois anos.
- b) três anos.
- c) quatro anos.
- d) cinco anos.
- e) 180 dias

48. Nos termos da Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), quanto ao regime disciplinar, caso servidor público cometa falta grave, mas não se comprove má-fé, estará sujeito à

- a) Repreensão
- b) Multa
- c) Advertência
- d) Suspensão
- e) Demissão

49. Mário, servidor público no Rio de Janeiro, inquieto e temeroso diante das ordens que vem recebendo de seu chefe, procura informações quanto aos seus deveres constantes no Regime Disciplinar do Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro. Receberá, erroneamente, que é seu dever:

- a) Prezar pela urbanidade
- b) Comunicar à autoridade superior irregularidade que conhecer por meio do cargo
- c) Obedecer a todas às ordens de seu superior
- d) Tomar providências para manter atualizado seu assentamento individual
- e) Passar por inspeção médica quando autoridade competente determinar

50. Sobre o Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, Decreto nº50.021/2021, a conduta do agente público municipal deve reger-se pelos seguintes princípios, à exceção de um, identifique-o:

- a) Improbidade administrativa
- b) Proporcionalidade
- c) Legalidade
- d) Efetividade
- e) Desenvolvimento sustentável

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. José recebeu de herança do seu falecido tio uma casa situada em Botafogo. No imóvel havia um conjunto de vitrais antigos que foram removidos por José para restauro e posterior recolocação no mesmo local. Havia também no quintal uma goiabeira apinhada de frutos pendentes. José resolveu, então, constituir direito real de usufruto sobre a casa em favor de Patrícia, sua sobrinha. Dois meses depois, José teve conhecimento de que Patrícia havia cedido a casa em locação para Joana.

Com relação à situação hipotética apresentada, consideram-se bens imóveis:

- a) O direito à sucessão aberta, a goiabeira e o direito ao recebimento dos aluguéis.
- b) A goiabeira, as goiabas o direito real de usufruto e o direito ao recebimento dos aluguéis.
- c) O direito à sucessão aberta, os vitrais, a goiabeira, as goiabas e o direito real de usufruto.
- d) O direito à sucessão aberta, os vitrais, a goiabeira e o direito ao recebimento dos aluguéis.
- e) Os vitrais, a goiabeira e o direito ao recebimento dos aluguéis.

52. Armando vendeu um relógio a Elias pelo preço de R\$ 28 mil, afirmando tratar-se de um original da marca Rolex. Passados cinco anos desde a realização do negócio jurídico, Elias, consultando um especialista, descobriu que o relógio em questão era, na verdade, uma réplica.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio jurídico firmado entre Armando e Elias é viciado por erro.
- b) Consumou-se a decadência do direito de Elias para pleitear a anulação do negócio jurídico.
- c) Não se consumou a decadência do direito de Elias para pleitear a anulação do negócio jurídico.
- d) O negócio jurídico firmado entre Armando e Elias não admite confirmação.
- e) O juiz pode decretar, de ofício, a anulação do negócio jurídico firmado entre Armando e Elias.

53. Lucas constituiu três débitos junto a Marcos, seu irmão. O primeiro débito, vencido em janeiro de 2023, consistia no valor de R\$ 30 mil, referentes a um contrato de mútuo; o segundo débito, vencido em fevereiro de 2023, consistia no valor de R\$ 20 mil, referentes a um contrato de compra e venda de uma motocicleta. O terceiro débito, vencido em março de 2023, consistia no valor de R\$ 10 mil, referentes a um contrato de locação residencial. Nenhum desses débitos, até então, foi pago. Ocorre que, hoje, Lucas procurou Marcos para oferecer-lhe o valor de R\$ 30 mil. Marcos aceitou o pagamento, mas nem ele nem Lucas determinaram em qual dos débitos o valor foi imputado.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O valor deve ser imputado no débito referente ao contrato de mútuo.
- b) O valor deve ser imputado nos débitos referentes ao contrato de compra e venda e ao de locação.
- c) Em caso de litígio, o valor deve ser imputado no débito discricionariamente escolhido pelo juiz.
- d) Se o mútuo tiver rendido juros, o valor deve ser imputado primeiramente no capital vencido, e em seguida nos juros.
- e) Caso Marcos e Lucas declararem ao mesmo tempo o débito em relação ao qual deve ser imputado o pagamento, prevalecerá a imputação feita por Marcos.

54. Gabriel, viúvo, pai de Fabio, casa-se com Adriana, viúva, filha de Maria. Anos mais tarde, Fabio e Maria resolvem se casar, e vêm a ter um filho, José.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) O casamento entre Fabio e Maria é anulável.
- b) O casamento entre Fabio e Maria é nulo.
- c) José é parente afim na linha colateral em 1º grau de Gabriel.
- d) Se Gabriel vier a se divorciar de Adriana, e Fabio vier a se divorciar de Maria, Gabriel e Maria poderão se casar.
- e) Maria é parente afim em linha reta ascendente e descendente de Gabriel.

55. João morreu e deixou sua mãe, Regina, e três filhos: Pedro, Augusto e Tiago. Augusto é pai de Ana e Beatriz. Aberto o inventário, Augusto compareceu aos autos para renunciar à herança de João.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia à herança por parte de Augusto pode ser total ou parcial.
- b) A renúncia à herança por parte de Augusto só terá validade se constar de instrumento público.
- c) A parte renunciada por Augusto será atribuída a Ana e Beatriz.
- d) A parte renunciada por Augusto será atribuída a Pedro e Tiago.
- e) A parte renunciada por Augusto será atribuída a Regina.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

56. Considerando as disposições da Lei nº 6.404/76 acerca das operações societárias, assinale a alternativa correta:

- a) Até trinta dias depois de publicados os atos relativos à incorporação ou à fusão, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação; findo o prazo, decairá do direito o credor que não o tiver exercido.
- b) A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia fechada.
- c) A assembléia-geral da companhia objeto de fusão pode dispensar a nomeação de perito se entender que as avaliações patrimoniais apresentadas pelas demais companhias estão corretas.
- d) Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas.
- e) São vedadas as operações de incorporação, de incorporação de ações e de fusão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações sejam negociados em mercados organizados, em companhia que adote voto plural.

57. Artur, Advogado de idoneidade inquestionável, foi nomeado administrador judicial no processo de recuperação judicial da empresa Eventos Rio. São atribuições de Artur, no exercício da função de administrador judicial, exceto:

- a) manter endereço eletrônico na internet, com informações atualizadas sobre os processos de falência e de recuperação judicial, com a opção de consulta às peças principais do processo, salvo decisão judicial em sentido contrário;
- b) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório semestral das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor;
- c) requerer a falência no caso de descumprimento de obrigação assumida no plano de recuperação;
- d) assegurar que devedor e credores não adotem expedientes dilatórios, inúteis ou, em geral, prejudiciais ao regular andamento das negociações;
- e) providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, as respostas aos ofícios e às solicitações enviadas por outros juízos e órgãos públicos, sem necessidade de prévia deliberação do juízo;

58. Nas sociedades em conta de participação:

- a) O contrato social objeto de registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- b) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- c) A falência de qualquer sócio participante acarreta a dissolução da sociedade.
- d) Observam, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o regramento disposto para as sociedades simples.
- e) O sócio ostensivo pode admitir novo sócio, dispensado o consentimento dos demais.

59. São requisitos para o deferimento da desconsideração da personalidade jurídica de que trata a teoria maior adotada pelo Código Civil, exceto:

- a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio.
- b) a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores.
- c) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações
- d) a existência de grupo econômico.
- e) atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

60. Acerca do regramento dado pela Lei nº 6.404/76 que trata sobre as Sociedades Anônima, assinale a alternativa incorreta:

- a) São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.
- b) Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- c) A companhia aberta divulgará as informações adicionais, sobre coligadas e controladas, que forem exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- d) É vedada a participação recíproca entre a companhia e suas coligadas ou controladas, via de regra.
- e) A sociedade controladora não será obrigada a reparar os danos que causar à companhia por atos praticados pelo sócio controlador.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

61. Das letras abaixo, marque aquela que não representa uma característica do DW:

- a) orientado por assunto.
- b) um conjunto de regras que resolvem um determinado problema.
- c) um conjunto de dados integrados.
- d) não volátil.
- e) variante no tempo.

62. Sobre ETL

- a) Apresenta extração e carga obrigatórias no processo e transformações opcionais
- b) Apresenta extração e carga opcionais e transformações obrigatórias.
- c) realiza a carga obrigatoriamente de uma base de origem para uma base de destino
- d) é a parte mais simples e exige o menor esforço no desenvolvimento de um DW.
- e) não executa transformações, como por exemplo corrigir erros de integridade, porque os dados devem ser mantidos como os originais.

63. Das letras abaixo, marque a que não representa uma característica básica de uma Banco de Dados Relacional

- a) Natureza de autodescrição
- b) Isolamento entre programas e dados, e abstração de dados
- c) Suporte a Múltiplas Visões de Dados
- d) Compartilhamento de Dados e Processamento de Transação
- e) Redundância dos dados

64. Sobre SQL, analise:

I - Um dos comandos do DML (Data Manipulation Language) é o UPDATE.

II - CREATE e DELETE são comandos da DCL (Data Control Language).

III - Dois comandos do DDL (Data definition Language) são ALTER E DROP.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III.

65. Com relação a PLN analise:

a) A PLN tem perdido a sua importância, visto que soluções de big data têm sido cada vez mais usadas no mundo corporativo.

b) A PLN não pode ser considerada um ramo da IA, pois trabalha com dados estruturados e de fácil interpretação.

c) A comunicação homem máquina tem perdido a importância no mundo moderno, visto que a tendência é que as máquinas façam cada vez mais o trabalho sozinhas.

d) A PLN utiliza diversas técnicas como: métodos estatísticos, machine learning, abordagens algorítmicas e baseadas em regras.

e) A PLN representa a parte da IA que realiza o mapeamento de linguagem de máquina para linguagens de programação de alto nível.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fernando Pedrosa

Acerca de **Análise de Pontos de Função**, julgue os itens subsequentes.

66. A Análise de Pontos de Função (APF) é uma técnica usada para medir a funcionalidade fornecida por um sistema, com base nas necessidades do usuário. Qual das seguintes afirmações sobre a Análise de Pontos de Função é INCORRETA?

- a) A Análise de Pontos de Função é independente da tecnologia utilizada para implementar o sistema.
- b) A Análise de Pontos de Função mede a funcionalidade que o usuário solicita e recebe.
- c) A Análise de Pontos de Função pode ser utilizada para estimar custos e recursos necessários para o desenvolvimento de software.
- d) A Análise de Pontos de Função é uma medida da qualidade do software.
- e) A Análise de Pontos de Função ajuda a entender a complexidade e o tamanho do software a partir da perspectiva do usuário.

Acerca de **GED e Portais Corporativos**, julgue os itens subsequentes.

67. O Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) é um sistema usado para armazenar, gerenciar e rastrear documentos eletrônicos e imagens digitais de documentos em papel. Qual das seguintes opções NÃO é uma vantagem direta da implementação de um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos?

- a) Recuperação e acesso mais rápidos a documentos e registros.
- b) Redução no espaço de armazenamento físico necessário para documentos.
- c) Aumento no custo de conformidade com regulamentos e padrões.
- d) Melhoria na segurança de documentos e registros.
- e) Possibilidade de realizar backup de documentos e evitar perda de informações.

Acerca de **SOA e Web Services**, julgue os itens subsequentes.

68. Considerando o desenvolvimento de Web Services e a arquitetura REST (Representational State Transfer), qual das seguintes afirmativas está CORRETA?

- a) REST é um protocolo de comunicação usado especificamente para serviços SOAP.
- b) Os Web Services RESTful são projetados para manter o estado da sessão do cliente entre requisições.
- c) REST ignora o uso de URIs (Uniform Resource Identifiers) na identificação de recursos.
- d) No estilo arquitetural REST, a comunicação entre cliente e servidor deve ser síncrona.
- e) A arquitetura REST utiliza um conjunto limitado de métodos bem definidos, como GET, POST, DELETE e PUT.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Castro

69. Quanto aos conceitos de autenticação, autorização e auditoria, julgue os itens e marque o incorreto:

- a) O recurso de Single Sign On é recomendado como boa prática em ambientes que possuem múltiplos serviços e sistemas, reduzindo a descentralização de informações de autenticação
- b) O recurso de MultiFator de autenticação é recomendado como boa prática de segurança, ainda que traga maior burocracia no processo de autenticação
- c) Como boa prática na gestão de senhas, recomenda-se que o usuário mantenha senhas diferentes para cada necessidade, podendo se valer de ferramentas de gestão de senhas para tal finalidade
- d) Considera-se um processo de duplo fator de autenticação quando, para um mesmo serviço, durante o processo de autenticação, utiliza-se o recurso de biometria por meio da digital e pela íris.
- e) Em sessões de usuário logados, deve-se habilitar o recurso de desconexão automática após um período de inatividade.

70. A respeito das características do algoritmo AES, julgue os itens:

- a) O estágio SubBytes utiliza o recurso de combinação linear, aplicando aritmética sobre números primos grandes.
- b) O estágio ShiftRows realiza um XOR bit a bit simples no bloco atual com parte da chave expandida.
- c) O estágio MixColumns realiza a combinação linear que utiliza aritmética sobre corpo finito.
- d) O estágio AddRoundKey realiza uma permutação simples entre as sequências de bits.
- e) O estágio SubBytes realiza o procedimento de subtração binária para redução da sequência de bits após o processo de expansão.

CONTABILIDADE GERAL*Marcondes Fortaleza*

71. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.
- e) Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

72. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 40% não apresentarão defeitos, 46% apresentarão defeitos menores e 14% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 300.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 550.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecerá como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 215.000,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 850.000,00

73. No ano de 2022, a sociedade MAVIFOR pagava mensalmente R\$ 10.800 a título de salários a seus empregados.

Em 01/08/2022, a sociedade informou que os salários seriam aumentados para R\$ 12.000, a partir da folha de pagamento de setembro, paga em outubro.

Assinale a opção que indica a despesa com 13º salário, contabilizada pela empresa.

- a) R\$ 1.000 em agosto.
- b) R\$ 1.000 em setembro.
- c) R\$ 2.200 em agosto.
- d) R\$ 1.800 em setembro.
- e) R\$ 900 em outubro.

74. No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:

- 02/01: compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- 01/10: reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- 31/12: Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- a) R\$ 3.740,00.
- b) R\$ 6.460,00.
- c) R\$ 8.500,00.
- d) R\$ 8.908,00.
- e) R\$ 6.052,00.

75. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- b) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- c) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

76. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 62.500,00.
- c) R\$ 70.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

77. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- R\$ 7.500,00.
- R\$ 9.700,00.
- R\$ 10.000,00.
- R\$ 10.200,00.
- R\$ 10.700,00.

78. Considerando o processo e os critérios de reconhecimento e desreconhecimento, além de outras conceituações existentes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial e na demonstração do valor adicionado de item que não atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis.
- () Reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.
- () Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De igual forma, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.
- () Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

A sequência está correta em

- V, F, F, V.
- F, V, V, V.
- V, V, F, F.
- F, V, F, V.
- V, V, V, V.

79. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

80. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto B, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 60,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 90,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

81. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

82. Enquanto um estado da região nordeste do País estava sendo atingido por uma calamidade de grande proporção da natureza, um grupo de cento e setenta Deputados Federais subscreveu uma proposta de emenda constitucional, visando alterar a estruturação dos órgãos de segurança pública. Proposta idêntica foi apresentada e rejeitada pela Câmara dos Deputados na mesma legislatura, no ano anterior.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa proposta

- a) Infringiu os limites formais, materiais, circunstanciais e temporais de reforma constitucional;
- b) Infringiu apenas os limites formais, circunstanciais e temporais de reforma constitucional;
- c) Infringiu apenas os limites formais e materiais de reforma constitucional;
- d) Infringiu apenas os limites formais de reforma constitucional;
- e) Não infringiu quaisquer dos limites constitucionais ao exercício do poder reformador.

83. Maria, professora de Direito Constitucional, ao abordar as formas de exercício do poder constituinte, explicou aos seus alunos que “a ordem constitucional é viva, de modo que as vicissitudes da realidade e as peculiaridades do caso concreto possibilitarão a obtenção de novas normas constitucionais, ainda que o texto permaneça inalterado”.

A fala de Maria faz alusão à uma concepção

- a) Concretista da Constituição, expressando a denominada reforma constitucional;
- b) Formalista da Constituição, expressando a denominada mutação constitucional;
- c) Contratual da Constituição, expressando a denominada reforma constitucional;
- d) Formalista da Constituição, expressando a denominada revisão constitucional;
- e) Concretista da Constituição, expressando a denominada mutação constitucional.

84. O Município de Maceió editou lei que afrontava dispositivo expresso da Constituição de Alagoas, de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública de Maceió.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

85. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

- a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.
- b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.
- d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

86. A respeito das Súmulas Vinculantes e da competência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, mandado de segurança julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em última instância.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

87. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

88. O Estado X, com problemas para atingir o quórum de emendas constitucionais no estado, consegue aprovar a alteração do texto constitucional estadual, alterando para 2/3 o quórum de aprovação das emendas, alteração proposta pelo Governador de Estado. Segundo entendimento do STF, a alteração realizada pela Assembleia Legislativa é:

- a) Constitucional, tendo em vista a independência do Poder Constituinte Derivado.
- b) Inconstitucional, tendo em vista a dependência do Poder Constituinte Derivado.
- c) Constitucional, pois os entes federados gozam de poder de auto-organização e autolegislação irrestritos.
- d) Inconstitucional, pois o Governador não é legitimado ativo em EC estadual.
- e) Inconstitucional, tendo em vista que é vedada norma de Constituição estadual que preveja quórum diverso de 3/5 dos membros do Poder Legislativo para aprovação de emendas constitucionais.

89. Quanto ao processo legislativo, assinale a opção correta.

- a) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar as leis à publicação. Caso deixe ultrapassar o prazo de quinze dias úteis e não se manifeste expressamente a respeito do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, seu silêncio implicará em sanção. Na situação, a próxima etapa será a promulgação da lei, que será feita pelo Presidente do Senado, na hipótese de o Presidente da República deixar transcorrer o prazo de 48 horas sem agir.
- b) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposição de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária.
- c) Não se admite a votação de projeto de lei e de propostas de emenda à Constituição em comissão. Tais proposições somente poderão ser votadas no Plenário.
- d) O instituto da iniciativa popular consagrado no artigo 14 da Constituição Federal só tem aplicação no processo legislativo federal e guardadas as exigências contidas no artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Maior.
- e) Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.

90. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União, conforme disposto na Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar ilegalidades ao Tribunal de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Nenhuma das alternativas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

91. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

92. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

93. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

94. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

95. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

96. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

97. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

98. O Prefeito de Niterói, por meio de Decreto publicado em 20 de dezembro de 2022, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

99. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

100. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

101. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

102. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

103. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

104. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

105. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA*Antônio Pequeno*

106. Quanto ao crime de descaminho, assinale a afirmativa correta.

- a) Cuidando-se de crime material, mostra-se irrelevante o parcelamento do tributo.
- b) Cuidando-se de crime material, mostra-se irrelevante o pagamento do tributo.
- c) Cuidando-se de crime formal, mostra-se irrelevante o pagamento do tributo.
- d) Cuidando-se de crime formal, a consumação do crime depende da constituição definitiva do crédito.
- e) Cuidando-se de crime material, a consumação do crime depende da constituição definitiva do crédito.

107. Antônio teve auto de infração lavrado em seu desfavor pela omissão do recolhimento de tributo, por ter prestado declarações falsas sobre seus rendimentos tributáveis às autoridades fazendárias, na sua declaração anual de ajuste do Imposto sobre a Renda – Pessoa Física. Nesse mesmo ensejo, foi confeccionada representação fiscal para fins penais, que veio a ser apensada ao precitado auto de infração. Antônio interpôs recurso administrativo dessa autuação, ora pendente de julgamento. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- b) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando este receber a representação fiscal para fins penais.
- c) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público só quando houver lançamento definitivo do tributo.
- d) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se os tributos e acessórios forem pagos.
- e) Antônio pode ser denunciado pelo Ministério Público mesmo se o crédito tributário for extinto por decisão judicial.

108. Sávio possui um pequeno comércio de venda de material de escritório. Considerando a situação financeira precária da empresa e procurando reduzir o valor do tributo devido, Sávio praticou uma série de condutas que, em tese, tipificariam o delito do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990 (constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: inciso I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias). Sobre o delito tipificado na referida legislação, e de acordo com a posição da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) o prazo prescricional começa a contar da data da conduta de omitir informação;
- b) é punível quando praticado através de conduta dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva;
- c) é, em tese, de natureza material, pois somente estará configurado com o lançamento definitivo do tributo;
- d) é classificado como formal, restando consumado com a omissão da informação capaz de reduzir o tributo devido;
- e) permite que a expressividade do valor do tributo sonegado possa ser concomitantemente utilizada para elevar a pena base e depois como majorante na terceira etapa ao aplicar a pena.

109. A conduta de deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ao comprador de mercadoria constitui crime contra

- a) a Administração pública direta.
- b) as relações de consumo.
- c) a ordem econômica.
- d) o consumidor.
- e) a ordem tributária.

110. A conduta de quem exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente, configura um delito:

- a) tributário.
- b) de excesso de exação.
- c) de concussão.
- d) de corrupção ativa.
- e) de corrupção passiva.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Rafael Rocha

111. Configura hipótese de isenção do ITBI:

- a) a reserva de habitação.
- b) a transmissão de bens particulares ao cônjuge, quando forem casados no regime da comunhão universal de bens.
- c) torna, nas partilhas ou divisões efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal, de valor igual ou inferior a R\$ 15.000,00.
- d) a transmissão em que o adquirente seja o município do Rio de Janeiro.
- e) a extinção do usufruto.

112. A alíquota do IPTU aplicável aos imóveis edificadas não residenciais é de:

- a) 1,5%.
- b) 2%.
- c) 2,5%.
- d) 3%.
- e) 3,5%.

113. Nos termos do CTM a incidência do ISS não independe de:

- a) previsão expressa em lista de serviços municipal.
- b) denominação do serviço prestado.
- c) existência de estabelecimento fixo.
- d) cumprimento de exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao exercício da atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.
- e) do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

114. A base de cálculo do ISSQN será arbitrada quando:

- a) se tratar de atividade exercida em caráter provisório.
- b) não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização.
- c) se tratar de contribuinte de rudimentar organização.
- d) o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais.
- e) se tratar de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem tratamento fiscal específico.

115. José, residente no Rio de Janeiro, decidiu reformar seu apartamento, localizado na região central do Município. Decidiu começar a reforma pela instalação de cortinas em todos os cômodos da residência.

Contratou a empresa Édecasa LTDA, estabelecida no Município de Niterói/RJ, para realizar a instalação das cortinas doadas por sua irmã Meire, cuja prestação se enquadra no subitem 7.06 da lista de serviços.

Com base nas informações da questão, é correto afirmar que, em relação à execução do serviço:

- a) é devido o ISS ao Município do Rio de Janeiro.
- b) é devido o ISS ao Município de Niterói.
- c) é devido o ICMS, tendo em vista a doação das cortinas por Meire.
- d) não é devido o ISS nem o ICMS, por ausência de previsão na legislação municipal.
- e) é devido o ISS ao Município do Rio de Janeiro, podendo ser deduzidos os valores relativos às cortinas doadas do preço do serviço.

116. Para os efeitos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público. Assinale a alternativa que não indique um melhoramento indicado pelo Código Tributário Municipal:

- a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais.
- b) abastecimento de água.
- c) sistema de esgotos sanitários.
- d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
- e) escola primária e posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado.

117. A empresa Constucão LTDA, estabelecida em Poços de Caldas - MG, realizou, em Maio de 2020, serviços de construção civil (enquadrados no subitem 7.02) para a empresa Robson Nogueira S.A., estabelecida em São Paulo - SP.

Apesar de a contratante estar estabelecida no Município de São Paulo - SP, os serviços foram executados no Município do Rio de Janeiro, tratando-se de construção de filial da unidade de São Paulo.

Dessa forma, tendo em vista as disposições do CTM do Rio de Janeiro, analise as alternativas a seguir:

- a) O ISS será devido ao Município de Poços de Caldas, já que o serviço prestado se enquadra na regra geral de tributação do ISS.
- b) O ISS será devido ao Município do Rio de Janeiro, já que o serviço prestado se constitui em exceção à regra geral de tributação, passando a ser devido ao Município do local da execução da obra.
- c) O ISS será devido ao Município de São Paulo, já que o serviço prestado se constitui em exceção à regra geral de tributação, passando a ser devido ao Município do local do tomador do serviço.
- d) O ISS será devido tanto ao Município de Poços de Caldas, local do estabelecimento prestador, quanto ao Município de Belo Horizonte, local de execução da obra.
- e) O ISS será devido tanto ao Município de Poços de Caldas, local do estabelecimento prestador, quanto ao Município de São Paulo, local do estabelecimento tomador.

118. Com base no CTM, a inscrição em dívida ativa de débitos relativos ao ITBI será feita:

- a) até o sétimo mês após o de vencimento da última cota.
- b) até o décimo quarto mês após o de vencimento da última cota.
- c) dentro de noventa dias a partir do registro de nota de débito.
- d) dentro de cento e vinte dias a partir do registro de nota de débito.
- e) dentro de cento e oitenta dias a partir do registro de nota de débito.

119. Com base na legislação municipal carioca acerca do IPTU, constitui um fator de correção aplicável aos imóveis não edificadas:

- a) fator tipologia.
- b) fator situação.
- c) fator idade.
- d) fator posição.
- e) fator densidade.

120. Analise os itens a seguir:

- I. os serviços de reforma, reestruturação ou conservação de prédios de interesse histórico ou cultural ou de interesse para preservação ambiental, desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas das fachadas.
- II. os jornaleiros.
- III. as obras de construção e as obras construídas sem licença, a legalizar, em áreas abrangidas por dispositivos específicos para habitações unifamiliares ou multifamiliares, construídas pelos próprios moradores, por profissionais autônomos não estabelecidos ou em mutirão com vizinhos.
- IV. as promoções de concertos, recitais, shows, festividades, exposições, quermesses e espetáculos similares, desde que as receitas sejam aplicadas integralmente no país.

São hipóteses de isenção do ISSQN:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Rafael Henze*

121. Empresa A dedica-se ao transporte coletivo de passageiros, estando sediada no município do Rio de Janeiro onde está localizado o pátio de seus ônibus e toda sua estrutura operacional. Buscando reduzir custos e aumentar receitas, a empresa passou a efetuar a manutenção de toda a sua frota e incorporar a manutenção de veículos ao core business da empresa, passando a prestar regularmente esse serviço a qualquer interessado.

Como 95% do serviço de manutenção de veículos é prestado para os ônibus da empresa A, a diretoria não atualizou o Contrato Social da empresa e nem seu registro na Prefeitura para contemplar essa nova atividade, mantendo-se apenas como prestadora de transporte de passageiros.

O serviço de transporte está previsto no seguinte item da lista anexa ao Código Tributário Municipal do Rio de Janeiro:

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Já o serviço de manutenção de veículos encontra-se previsto no seguinte item da mesma lista:

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

Considerando as premissas estabelecidas, analise as seguintes possibilidades, e assinale a alternativa juridicamente acertada para cada uma delas:

() A empresa não pode recolher o ISS das atividades relacionadas à manutenção de veículos enquanto não atualizar seu Contrato Social e efetuar sua regularização junto à Prefeitura Municipal.

() Se durante o itinerário do ônibus ele cruzar o limite do município para depois retornar, o transporte coletivo deixa de ser considerado

municipal, e passa a justificar a cobrança de outro tributo.

() Ao efetuar o conserto de um carro de luxo, a conta final entregue ao cliente prevê a cobrança de 23 mil reais em peças aplicadas e apenas 200 reais de mão de obra. Em obediência ao critério da preponderância da atividade exercida, deve ser cobrado apenas o ICMS relacionado às peças empregadas.

() Ao efetuar o reparo dos ônibus de sua frota, a empresa deve recolher o imposto referente à prestação desse serviço.

a) FFVV

b) FVFF

c) VVVV

d) FFFF

e) FVFF

122. Querendo reformar sua casa, Fernando resolve contratar Pedro, um prestador especializado em obras de construção civil determinando no contrato da prestação que ele assumiria a responsabilidade técnica da obra recebendo uma remuneração fixa durante sua execução.

De acordo com contrato de administração pactuado com Fernando, Pedro assume a responsabilidade técnica da obra e o seu gerenciamento, mediante remuneração fixa ou percentual sobre o custo da obra, ficando com o proprietário todos os encargos econômicos do empreendimento.

O valor total despendido por Fernando pode ser resumido da seguinte maneira:

- a) Honorários de Pedro: 50 mil reais
- b) Gastos com funcionários contratados por Pedro: 25 mil reais, sendo que 5 mil reais foram gastos com encargos sociais.
- c) Despesas diretas com a administração da obra: 10 mil reais
- d) Despesas indiretas com a administração da obra: 5 mil reais
- e) Materiais empregados na obra fornecidos por Pedro: 15 mil reais

Determine o valor da base de cálculo do ISS referente a essa obra:

- a) 105 mil reais
- b) 100 mil reais
- c) 60 mil reais
- d) 85 mil reais
- e) 90 mil reais

123. Suspende-se a cobrança do ITBI relativo à aquisição de imóvel nos seguintes casos:

- a) Quando for destinado à instalação de entidades sindicais de empregadores, oficialmente reconhecidas, desde que destinado à sua sede.
- b) Quando for destinado à instalação de associação de moradores.
- c) Quando for destinado à instalação de sede de uma instituição de apoio ao desenvolvimento de software
- d) Quando for destinado à instalação de sede de clube de futebol.
- e) Quando for destinado à instalação de instituição de ensino superior

124. Marque a alternativa que representa a correta correlação entre a base de cálculo do ITBI no

Rio de Janeiro e seu fato gerador:

- 1 – Dação em pagamento
- 2- Enfiteuse
- 3 – Adjudicação
- 4 – Aquisição da nova propriedade

Base de cálculo:

- A – O valor do domínio útil
 - B – O valor da dívida a ser quitada, se superior ao valor do bem.
 - C – 50% do valor do bem
 - D - O valor do bem
- a) 1 -A, 2 – B, 3- C, 4 - D.
 - b) 1- B, 2 – A, 3 – D, 4 - C.
 - c) 1 D, 2 B, 3 C, 4 D
 - d) 1 B, 2, C, 3 D, 4 A
 - e) 1 B, 2 A, 3 D, 4 C

125. De acordo com o CTM, estão isentos do IPTU no Rio de Janeiro:

- a) Imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público externo, ainda que não destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado.
- b) Áreas com mais de 5.000 metros quadrados efetivamente ocupadas por florestas
- c) Partes de imóveis usadas como teatro
- d) Imóveis usados como biblioteca privada.
- e) Imóveis utilizados por clubes de futebol

126. O valor do Imposto sobre Serviços no Rio de Janeiro será lançado a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses, salvo:

- a) não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais
- b) flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados
- c) serviços prestados com o pagamento postergado para o próximo exercício ou a título de cortesia
- d) exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente.
- e) manter o sujeito passivo equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que não atenda aos requisitos da legislação tributária

127. Considera-se omissão de operações tributáveis por meio do ISS no Rio de Janeiro todas as seguintes hipóteses, com exceção de:

- a) qualquer entrada de numerário de origem não comprovada
- b) emissão de documento fiscal consignando preço inferior ao valor real da operação
- c) início de atividade sem inscrição do sujeito passivo no cadastro fiscal
- d) adulteração de livros ou de documentos fiscais
- e) a ocorrência de saldo devedor nas contas do ativo circulante

128. Sobre o regime de estimativa no Rio de Janeiro, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 40 dias a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do respectivo despacho, impugnar o valor estimado.
- b) Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias
- c) A base de cálculo do imposto poderá ser objeto de estimativa quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório
- d) A impugnação ao valor estimado não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição
- e) A base de cálculo do imposto poderá ser objeto de estimativa quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais

129. A atividade fiscalizatória da administração tributária é exercida dentro de critérios legalmente fixados. Acerca dessa atividade, assinale a alternativa correta.

- a) A Secretaria Municipal de Fazenda poderá suspender o curso da ação fiscal, desde que no exercício da fiscalização sejam comprovados indícios de infração ou infração à legislação tributária, decorrentes quer do descumprimento da obrigação principal, quer da obrigação acessória.
- b) No caso de desacato ou de embaraço ao exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse da Fazenda Municipal, caso se observe a configuração de fato definido como crime ou contravenção, os funcionários fiscais poderão, pessoalmente ou através das repartições a que pertencerem, requisitar o auxílio de força policial
- c) Mediante intimação escrita, os advogados são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades dos próprios clientes.
- d) A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária
- e) O Secretário de Fazenda, após autorização do Prefeito, poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

130. Acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme a disciplina que lhe é conferida pela Lei nº 691/84 do Município do Rio de Janeiro, é correto afirmar que

- a) o imposto não incide sobre serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- b) o imposto não incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- c) Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos, apenas, ao imposto previsto no artigo anterior, ainda que sejam prestados com fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções nela contidas.
- d) a caracterização do fato gerador do imposto depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para os registros da receita.
- e) a incidência do imposto depende do resultado econômico da prestação dos serviços.

PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO*Rafael Rocha*

131. Quanto aos postulantes, nos termos do Decreto nº 14.602/96, é incorreto afirmar que:

- a) A sociedade de fato pode ser representada por quem estiver na direção da mesma na data da petição.
- b) O sujeito passivo da obrigação tributária, poderá postular pessoalmente ou através de terceiros.
- c) A Associação de Moradores poderá postular buscando orientações para assuntos de interesse de seus representados.
- d) Impreterivelmente, a cópia da procuração deverá conter os poderes específicos e, ainda, estar autenticada e com firma reconhecida em cartório.
- e) Poderá ter vista do processo em que for parte, o postulante ou quem o represente.

132. De acordo com o Decreto nº 14.602/96, não se admite a seguinte modalidade de intimação no PAT:

- a) pessoal.
- b) postal.
- c) telefônica.
- d) por edital
- e) eletrônica.

133. O prazo para o sujeito passivo impugnar o lançamento do IPTU e demais tributos e contribuições administrados pela Coordenadoria desse imposto é de:

- a) 10 dias
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

134. No âmbito do PAT, de acordo com o decreto nº 14.602/96, pode-se dizer que os prazos:

- a) são contínuos e peremptórios, incluindo-se na sua contagem o dia do início e excluindo-se o do vencimento.
- b) são contínuos e peremptórios, excluindo-se na sua contagem o dia do início e o do vencimento.
- c) são contínuos e peremptórios, incluindo -se na sua contagem o dia do início e o do vencimento.
- d) são contínuos e peremptórios, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- e) são contínuos e peremptórios, incluindo-se na sua contagem o dia do vencimento e excluindo-se os sábados, os domingos e os dias em que não houver funcionamento normal da repartição onde deva ser praticado o ato, bem como o dia do início.

135. De acordo com o decreto nº 14.602/96, instaura-se o litígio tributário com a:

- a) lavratura de Termo de Apreensão.
- b) lavratura de Auto de Constatação.
- c) lavratura de Auto de Infração.
- d) lavratura de Termo de Arrecadação.
- e) apresentação de impugnação pelo sujeito passivo a Notificação de Lançamento.

136. Analise os itens a seguir:

- I. cancelamento ou redução de exigência tributária que decorra de pagamento realizado após o início da ação fiscal.
- II. redução de exigência tributária decorrente de revisão de valor venal de imóveis.
- III. crédito tributário reduzido ou cancelado, cujo valor atualizado seja igual ou inferior a R\$ 300.000,00.
- IV. infrações decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias.

Com base no decreto nº 14.602/96, a autoridade julgadora de primeira instância não recorrerá de ofício nas hipóteses:

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

137. Conforme dispõe o Decreto nº 14.602/96, a inclusão de processos na pauta de julgamentos do Conselho de Contribuintes do Município será comunicada, para todos os fins, através de publicação no Diário Oficial do Município, na seção destinada à Secretaria Municipal de Fazenda. A referida publicação deve ser realizada, em relação à respectiva sessão de julgamento, com a antecedência mínima de:

- a) 10 dias úteis.
- b) 5 dias úteis.
- c) 2 dias úteis.
- d) 48 horas.
- e) 24 horas.

138. Quanto às nulidades, assinale a alternativa incorreta em relação às disposições do Decreto nº 14.602/96.

- a) A nulidade será declarada, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, pela autoridade ou órgão competente para apreciar o ato ou julgar sua legitimidade.
- b) São nulas as decisões não fundamentadas.
- c) A nulidade não aproveita ao interessado, quando este lhe houver dado causa.
- d) A nulidade de qualquer ato só prejudica os atos anteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- e) As irregularidades, incorreções e omissões não importarão em nulidade, desde que haja no procedimento ou processo elementos que permitam supri-las sem cerceamento do direito de defesa.

139. Verificando a autoridade julgadora que a impugnação não preenche os requisitos exigidos, ou que apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento, determinará que o impugnante, a contar da ciência da intimação, regularize a impugnação no prazo de:

- a) 60 dias.
- b) 45 dias.
- c) 30 dias.
- d) 15 dias.
- e) 10 dias.

140. De acordo com o decreto nº 14.602/96, sempre que, no interesse da fiscalização, seja necessário consignar a existência de estado ou situação de fato passível de modificação com o decurso do tempo, lavrar-se-á:

- a) auto de constatação.
- b) termo de arrecadação.
- c) termo de apreensão.
- d) auto de infração.
- e) notificação de lançamento.

SIMPLES NACIONAL*Fábio Dutra*

141. Sabe-se que o Simples Nacional é um regime tributário diferenciado e favorecido, aplicável a microempresas e empresas de pequeno porte. E a Constituição Federal ainda estabelece que tal regime é opcional para o contribuinte. Considerando as regras previstas na LC 123/06 e na Resolução CGSN 140/18 acerca da opção pelo Simples Nacional, julgue os itens a seguir e, ao final, defina a resposta da questão:

() Ao realizar a opção pelo Simples Nacional, o contribuinte pode optar a seu critério por ser incluído no sistema de comunicação eletrônica, denominado Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN).

() Como regra, o prazo para formalizar a opção pelo Simples Nacional é até o último dia útil do mês de janeiro, sendo irretratável para todo ano-calendário.

() Se o contribuinte tiver feito opção pelo Simples Nacional e quiser manifestar sua desistência, terá direito de sair do regime tributário até o último dia do prazo para fazer opção.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

142. A figura do Microempreendedor Individual – MEI – surgiu com o advento da LC 128/2008, lei complementar que promoveu alterações na LC 123/2006. O MEI é um benefício criado com o objetivo de formalização daquelas pessoas que possuem negócios pequenos. Analise as assertivas a seguir e a assinale a incorreta:

- a) Considera-se MEI quem tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00.
- b) Todo benefício previsto na LC 123/06 aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável.
- c) O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.
- d) A formalização de MEI tem caráter eminentemente econômico ou fiscal.
- e) O MEI está impedido de participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador.

143. Analise o caso hipotético: A empresa Samba (não optante pelo Simples Nacional) revende mercadorias para a empresa Rock (optante pelo Simples Nacional), que por sua vez revende as mercadorias para a empresa Jazz (não optante pelo Simples Nacional). Em se tratando do ICMS, e considerando apenas o que foi descrito nesta questão e o disposto na Lei Complementar 123/2006, aponte a resposta correta:

- a) A empresa Samba fica dispensada do recolhimento do ICMS por revender mercadorias a um optante pelo Simples Nacional.
- b) A empresa Rock possui direito ao crédito de ICMS referente à aquisição da empresa Samba.
- c) A empresa Rock deve recolher o ICMS como as demais pessoas jurídicas, pois tal imposto não foi incluído no Simples Nacional.
- d) A empresa Jazz tem direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre a aquisição da empresa Rock, desde que destinada à comercialização ou industrialização.
- e) A Empresa Jazz, por não ser optante pelo Simples Nacional, está proibida de adquirir mercadorias da empresa Rock.

144. A hipotética empresa industrial Alfabeto Ltda. Optou pela tributação com base no Simples Nacional, uma vez que não havia qualquer situação impeditiva para a sua inclusão no âmbito desse regime tributário diferenciado e favorecido. Assim, pode-se dizer que a empresa efetuará um recolhimento unificado, mensalmente, contendo os seguintes tributos, à exceção do:

- a) Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- b) Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI
- d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
- e) Contribuição para o PIS/Pasep

145. No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () O Simples Nacional abrange a apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, exceto as obrigações acessórias.
 - () Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate, como regra, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.
 - () As cooperativas podem se beneficiar do tratamento jurídico previsto na LC 123/2006 (Simples Nacional).
- a) V, F, F
 - b) V, F, V
 - c) V, V, V
 - d) F, V, F
 - e) F, F, F

146. No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

() A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irreatável para todo o ano-calendário.

() Poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

() Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.

- a) V, F, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, F
- e) F, F, F

147. Acerca do Simples Nacional, e considerando os regramentos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, analise as situações abaixo:

I - Para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos, a sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte poderá admitir o aporte de capital, que integrará o capital social da empresa.

II - No caso de investidor-anjo, o contrato de participação terá duração não superior a 10 anos.

III - O investidor-anjo pode ser pessoa física ou jurídica, mas não fundos de investimento.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

148. Enquadra-se no Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que assim seja considerada, nos termos da Lei Complementar 123/2006, a depender da sua receita bruta auferida em cada ano-calendário, e que não esteja impedida pelos motivos abaixo especificados, exceto:

- a) que seja constituída como cooperativa de consumo.
- b) empresa de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- c) empresa que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- d) que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- e) constituída sob a forma de sociedade por ações.

149. A respeito do Microempreendedor Individual – MEI, previsto na Lei Complementar 123/2006, assinale a alternativa errada:

- a) O MEI está dispensado da escrituração dos livros fiscais e contábeis.
- b) O limite anual de receita bruta em caso de transportador de cargas autônomo, para fins de enquadramento como MEI, é de R\$ 120.000,00.
- c) Não poderá optar pela sistemática de recolhimento diferenciado o MEI que possua mais de um estabelecimento;
- d) O MEI ficará dispensado da emissão: nas operações com mercadorias para destinatário inscrito no CNPJ, quando o destinatário emitir nota fiscal de entrada.
- e) constituído na forma de startup.

150. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, exceto:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- c) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- d) ICMS devido em operações com tributação concentrada em uma única etapa (monofásica).
- e) Contribuição Patronal Previdenciária – CPP.

AUDITORIA FISCAL ELETRÔNICA

Tonyvan Carvalho

151. A Escrituração Contábil Digital (ECD.) é uma parte do projeto SPED e visa a substituir a escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, correspondente à obrigação de transmitir, em versão oficial, os principais livros contábeis.

O aludido projeto SPED, que inclui o ECD, tem como um de seus objetivos:

- a) aumentar a produtividade do auditor ao eliminar os passos para a coleta dos arquivos.
- b) racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes.
- c) reduzir o valor do custo denominado “Custo Brasil”.
- d) simplificar os procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária.
- e) uniformizar as informações que os contribuintes prestam às diversas unidades federadas.

152. Segundo a Secretaria da Receita Federal, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Assim, uma das premissas do SPED é

- a) aumentar a concorrência e competitividade entre os usuários.
- b) melhorar o ambiente de negócios para as empresas no Brasil.
- c) promover o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre empresas e demais usuários.
- d) promover maior interferência no ambiente do contribuinte.
- e) promover a unificação dos fiscos.

153. Considerando-se os avanços tecnológicos, surgiu o SPED-Contábil para substituir a escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital (ECD).

Os documentos obrigados à transmissão em versão digital pelo SPED-Contábil são:

- a) livro Diário e seus auxiliares; livro Razão e seus auxiliares; Balancetes, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- b) livro de Inventário e seus auxiliares; livro Razão e seus auxiliares; Balancetes, Balanços e Demonstração do Resultado do Exercício.
- c) livro Diário e seus auxiliares; livro Fiscal e seus auxiliares; Balancetes, Balanços, Fluxo de Caixa e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- d) livro Fiscal e seus auxiliares; livro de Inventário e seus auxiliares; Livro Razão, Balancetes, Balanços e Demonstração do Valor Adicionado acompanhado das fichas de lançamento.
- e) livro Diário e seus auxiliares; livro Razão e seus auxiliares; Balancetes, Balanços, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa.

154. Sped-Contábil é a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital – ECD, transmitida via sistema do(da)

- a) Ministério Público de cada Estado
- b) Ministério Público Federal
- c) Receita Municipal de cada Município
- d) Secretaria da Receita Federal do Brasil
- e) Receita Estadual de cada Estado.

155. Acerca dos métodos e sistemas utilizados para registrar os chamados fatos contábeis e os atos administrativos no âmbito das entidades, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla ECD, sempre que empregada se refere à Escrituração Contábil Digital.

- a) Desconsideradas as excepcionadas por força de lei, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, devem apresentar a ECD referente aos seguintes livros e seus auxiliares, quando houver: I - livro Diário; II – livro Razão; III - livro Balancetes Diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
- b) É permitido à empresa substituir uma ECD por outra com CNPJ diferente, desde que seja recuperada a ECD originalmente transmitida.
- c) As entidades do setor público devem utilizar o método das partidas dobradas para registrar atos administrativos e fatos contábeis que possam vir a afetar o seu patrimônio.
- d) A apresentação dos livros digitais não supre a obrigação das pessoas jurídicas de escriturar o livro Razão ou as fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro Diário.
- e) As empresas devem transmitir a ECD ao Sistema Público de Escrituração Digital até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário a que se referir a escrituração.

156. Assinale a opção que se refere ao livro que NÃO abrange a Escrituração Contábil Digital.

- a) Razão
- b) Balancetes
- c) Livro-caixa
- d) Diário
- e) Balanços.

157. A Escrituração Contábil Digital (ECD) integra o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e obriga as empresas a transmitir, em versão digital: I - Livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - Livro Razão e seus auxiliares, se houver e III - Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Estão desobrigados desse envio

- a) órgãos públicos, autarquias, fundações públicas e pessoas jurídicas inativas ou optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), salvo em alguns casos específicos quando determinado pela legislação.
- b) pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a renda com base no regime de lucro real.
- c) pessoas jurídicas tributadas com base no regime de lucro presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, parcela dos lucros ou dividendos superiores ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita.
- d) pessoas jurídicas imunes e isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano calendário, tenham sido obrigadas à apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.
- e) Sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo.

158. A Escrituração Contábil Digital (ECD) é uma das partes do projeto SPED, com o objetivo básico de promover a substituição da escrituração em papel pela escrituração eletrônica transmitida via arquivo.

Nos termos da legislação vigente para o SPED (art. 3º da Instrução Normativa RFB no 1.420/2013), são obrigadas a adotar a ECD, em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014, as

- a) autarquias e fundações públicas.
- b) pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.536, de 22 de dezembro de 2014.
- c) pessoas jurídicas tributadas com base no lucro arbitrado que distribuírem dividendos com incidência do IRRF.
- d) pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- e) sociedades em Conta de Participação (SCP), como livros auxiliares do sócio ostensivo.

159. A Escrituração Contábil Digital (ECD.), parte integrante do SPED, objetiva substituir a escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo digital dos livros contábeis nela estabelecidos.

Nesse contexto, a data limite para a transmissão anual da Escrituração Contábil Digital (ECD.) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED.), excluídas as situações especiais, é o ano seguinte ao do ano-calendário a que se refere a escrituração, até o último dia útil do mês de

- a) abril
- b) dezembro
- c) janeiro
- d) julho
- e) maio

- 160.** A Escrituração Contábil Digital (ECD.), integrante do Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED.), estabelece que estão obrigadas a adotar a ECD, a partir de 2014, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que distribuïrem, a título de lucros, parcela de
- a) dividendos sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte em valor inferior ao valor da base de cálculo do Imposto
 - b) dividendos e lucros sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte em valor, no máximo igual ao valor da base de cálculo do Imposto.
 - c) dividendos sem incidência do IRRF em valor inferior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita.
 - d) lucros sem incidência do IRRF em valor superior ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita.
 - e) lucros com a incidência do IRRF sobre o valor dos lucros que foram distribuïdos em valor igual ao da base de cálculo do imposto.
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
